



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro-Ministro*

CONSELHO DE MINISTROS

SÚMULA DA REUNIÃO DE 5 DE FEVEREIRO DE 1975

Presentes todos os Ministros à exceção do Ministro da Economia, bem como os Secretários de Estado do Planejamento Econômico, da Justiça e da Comunicação Social e, na primeira parte da reunião, o Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica.

ANTES DA ORDEM DO DIA

1. O Ministro Vitor Alves informou o Conselho de que a versão final da Lei Sindical segue nesta data para o Conselho de Estado.



*Subsede do Primeiro Ministro*

2. O Ministro Vitor Alves informou seguidamente que, na quarta-feira da próxima semana, dia 12, se realizará a próxima reunião do Conselho de Ministros, e na quinta-feira, 13, reunirá o Conselho do Ordenamento do Território.

ORDEM DO DIA

1. Diploma relativo ao saneamento da função pública

O Primeiro Ministro disse que se chegara à forma final do diploma em referência, mas que o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente tem objecções de consciência acerca de alguns pontos do que foi aprovado.

Pensa que não deve ser regra voltar a discussões terminadas, mas uma vez que o diploma ainda não saiu do Conselho e atendendo à natureza das questões levantadas pelo Ministro do Equipamento Social e do Ambiente, põe, excepcionalmente, ao Conselho, o problema da revisão dos pontos indicados.

O Conselho não se opôs.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente justificou a sua proposta.

*Subsídio do Primeiro Ministro*

O Ministro da Justiça acha difícil tomar uma decisão no sentido de admitir a hipótese de aposentação dos servidores abrangidos pelo artº 7º, até porque os funcionários da extinta DGS e polícias suas predecessoras já estão demitidos ope legis, por força do decreto-Lei nº 277, de 25/6, conforme o S.T.J. tem entendido.

Quanto aos juizes, acha que o nº 8 do artº 1º não corresponde à ideia de que devem cessar as funções todos os que estejam abrangidos pelas incapacidades cívicas.

Com vista a obviar a esse inconveniente, propôs que a situação dos juizes passasse a ser contemplada por um novo nº, a acrescentar ao artº 1º, cuja redacção elaborou, teve a aprovação do Conselho e o Ministro da Coordenação Interterritorial incluírá no texto definitivo, mantendo-se quanto ao mais o disposto no nº1 do artº 8º.

O Secretário de Estado da Justiça interveio no sentido de apoiar o Ministro da Justiça.

O Ministro das Finanças apoiou a posição tomada pelo Ministro do Equipamento Social e do Ambiente. Também acha que não devia haver demissão automática para todos os Ministros, embora houvesse um processo automático, onde caso a caso se averiguaria o grau de culpabilidade e se aplicariam consequentemente sanções mais ou menos graves, e que se devia abranger todo o pessoal das empresas que o Estado controla.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica salientou que a decisão a tomar é uma decisão política que pode fazer vítimas. Mas não se pode esquecer a repercussão que vai ter junto do País. Nem se pode basear esta decisão em casos concretos. Na verdade, se se pensar em termos de casos concretos quanto aos que foram Ministros, desaparecerá a legitimidade para entender de outro modo para os outros funcionários a demissão por força da lei.

O que está implícito neste diploma não é o julgamento das pessoas mas o de um sistema político através dos seus responsáveis.

O Ministro Vítor Alves pensa que talvez se pudesse juntar ao diploma algo que permitisse a revisão de casos reais, em termos semelhantes aos estabelecidos no diploma das incapacidades, sem destruir, portanto, o princípio da demissão automática.

Perguntou se não deveria haver sempre direito de recurso.

O Ministro da Coordenação Interterritorial acha que sim, que é uma regra moralizadora.

O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica pensa que só um processo de reabilitação política seria adequado à revisão atrás referida.



*Subsídios do Primeiro Ministro*

O Ministro Álvaro Cunhal salientou que, quanto à PIDE, ninguém compreenderia a simples afirmação da possibilidade de tais pessoas serem readmitidas.

O Ministro Vitor Alves rectificou que não estava a por o problema da readmissão mas apenas do direito de recurso.

O Secretário de Estado da Comunicação Social esclareceu que havia uma escala pela qual passavam todos os funcionários da PIDE, de tal modo que os que punham carimbos nas fronteiras e os motoristas também torturavam, o que o Ministro dos Negócios Estrangeiros confirmou.

## Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro da Justiça lembrou que os funcionários da PIDE já foram demitidos.

Quanto aos membros do Governo, é-lhe indiferente. Há é que decidir rapidamente.

Se se eliminar a alínea a) do artº 7º, os Ministros são abrangidos pelo artº 8º e a JSN apreciará os casos um a um. O que é preciso é decidir.

Manteve-se a alínea a) do artº 7º

Decidiu-se criar uma regra no sentido de ser possível recuperar servidores abrangidos pelo artº 7º, com excepção dos da PIDE.

Discutiu-se se essa possibilidade devia ser prevista relativamente a todos ou apenas alguns dos abrangidos pelo artº 7º.





O Ministro da Justiça propôs que não se fizesse menção a nenhum caso e se deixasse a iniciativa apenas à J.S.N, oficiosamente e em casos excepcionais, salientando não estar a fazer uma proposta pessoal, mas a sugerir uma solução de compromisso.

O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica acha que, se o Conselho assim decidir, com o que não está de acordo, pois considera que essa decisão implica a transferência da sua responsabilidade para a Junta, deve pelo menos ficar consignado que a Junta nesses casos deve funcionar em pleno.

Propôs ainda que se juntasse um artº à parte que comettesse à Junta a revisão das situações de pessoas que tenham desempenhado as funções previstas neste diploma relativamente às empresas que o Estado controla.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente sugeriu que aos aspectos a ter em conta na fundamentação das propostas de aplicação das medidas previstas neste diploma se acrescentasse a "incompetência, desinteresse pelo serviço, falta de idoneidade, corrupção e obstrução ao regular e eficiente funcionamento dos serviços".

O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica lembrou que neste diploma apenas foram tidas em vista razões políticas, pelo que não concorda com a inclusão da corrupção entre os fundamentos em que a Junta se há-de basear.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Conselho aceitou a inclusão de uma nova alínea no nº 1 do artº 9º, de acordo com a proposta do Ministro do Equipamento Social e do Ambiente.

O Conselho aceitou também a proposta do Ministro do Equipamento Social e do Ambiente no sentido de que as suspensões de funções sem vencimento previstas no nº 1 do artº 6º sejam consideradas por períodos de 6 meses a dois anos.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente propôs a supressão do nº 3 do artº 9º, que o Conselho deliberou manter alterando a redacção no sentido de que a pensão correspondente à aposentação compulsiva prevista neste diploma poderá, em casos excepcionais, ser fixada em quantitativo inferior ao normal mas não inferior ao montante da pensão mínima do regime geral da Previdência .

A alteração proposta para o artº 14º não foi aceite, por ter sido considerada desnecessária.

O Ministro da Coordenação Interterritorial melhorará em todo o caso a redacção.

A alteração proposta para o artº 4º nºs 1 e 2 não foi considerada e o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente desistiu das restantes propostas de alteração.





*Gabete do Primeiro Ministro*

No artº 1º nº 7, substituiu-se, por proposta do Secretário de Estado da Justiça, "depois de 25 de Abril" por "até à publicação do presente decreto-lei".

No nº 4 do artº 4º, também por proposta do Secretário de Estado da Justiça, foi suprimida a parte relativa ao recurso para a Comissão Interministerial nos casos de transferência dentro do mesmo Ministério.

O Secretário de Estado da Justiça, a respeito do nº 3 do artº 4º salientou que a atribuição do poder de decisão em pleno à Comissão Interministerial de saneamento a coloca fora das suas funções.

Propôs, por isso, e o Conselho aceitou, que a redacção deste nº fosse alterada no sentido de que a medida será mandada aplicar pela Comissão Interministerial mediante proposta da Comissão Ministerial ou do Ministro respectivo, cabendo a sua execução à comissão de gestão do pessoal ou aos Ministros interessados enquanto esta não funcionar.

O Ministro da Coordenação Interterritorial propos ainda a substituição de "descobrir" por "provar" no nº 2 do artº 8º, e a referência, na alínea d) do nº 1 do artº 7º, aos informadores da Legião Portuguesa, e no nº 6 do artº 1º, a responsabilidades disciplinares, o que o Conselho aprovou.

O diploma foi, pois, aprovado.





2. Subsídio de desemprego.

O diploma será discutido na próxima quarta-feira.

3. Plano Económico

O Ministro Melo Antunes informou o Conselho das alterações introduzidas no 1º capítulo - Introdução.

No que respeita aos outros capítulos, informou terem sido distribuídos dois fascículos, um dos quais relativo às alterações introduzidas em Conselho de Ministros alargado, com excepção do último capítulo, e outro contendo os capítulos que ainda não tinham sido elaborados.

O Ministro Magalhães Mota pediu que não fossem discutidos os temas distribuídos na véspera e que se discutisse a introdução em último lugar.

Sobre o segundo capítulo - Condicionantes da política económica, o Ministro Álvaro Cunhal criticou o equilíbrio entre os vários pontos, que os autores do projecto justificaram, embora nada tenha a opor quanto ao fundo.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministrô Magalhães Mota acha que se desequilibrou a economia do capítulo ao suprimindo ponto relativo às consequências das transformações políticas internas algo que em Conselho Alargado se falava apenas em refundir.

O Ministro Álvaro Cunhal acha que, se esse ponto se mantiver, também haverá desequilíbrio, a menos que, além dos aumentos dos salários, se explicitem as outras causas das dificuldades financeiras das empresas.

O consenso do Conselho manifestou-se no sentido da eliminação e não houve mais objecções.

Quanto ao 3º capítulo - Natureza e objectivos do plano económico de transição, também não houve objecções.

No 4º capítulo - Políticas globais, em Políticas de controle do poder económico, quanto ao sector industrial, ficara por decidir se seria de incluir os cimentos. O grupo propõe a não inclusão.

Foram mais uma vez invocados argumentos a favor e contra a inclusão.



*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Melo Antunes referiu que os preços são fixados pelo Estado e são os mais baixos da Europa.

O Secretário de Estado do Planeamento Económico referiu-se à possibilidade da tomada de medidas de imperatividade convenientes obrigando a planos de produção e investimento para grandes empresas.

O Conselho votou, por maioria, a não inclusão.

O Ministro Magalhães Mota acha que, no fim deste ponto, se devia acrescentar as refinarias, no caso de se tratar de investimentos estrangeiros só para exportação e desde que os recursos esgotáveis não fossem nacionais, para deixar aberta a possibilidade de decisão caso a caso.

O Ministro Melo Antunes acha que esse assunto merece maior meditação.

O Ministro Álvaro Cunhal, a propósito do sector dos transportes, salientou o perigo de se deixar para a CNN, que não será nacionalizada, os transportes mais rentáveis, e para a CTM, que será nacionalizada, os mesmos rentáveis.

Referiu-se à situação catastrófica em que se encontra a CTM, com 500 mil contos de déficit anual, e dívidas muito importantes, situação essa que exige estudo muito atento uma vez que no plano há medidas que envolvem a CTM como grande empresa nacional.





*Gabinete de Primeiro Ministro*

O Ministro Melo Antunes disse que o grupo tem consciên-  
cia dessa situação.

O Ministro Magalhães Mota fez objecções quanto ao pon-  
to relativo ao sector da habitação, que já não reage  
eficazmentee onde lhe parece que se introduzem novos  
factores de desconfiança.

Criticou a fixação de áreas máximas de exploração em  
50 ha .

O Secretário de Estado do Planeamento Económico disse  
que se procurava dar início à reforma agrária, limita-  
da em 1.ª fase, à exploração de zonas regadias ou es-  
pecialmente aptas para o regadio.

Admite que 50 ha seja arbitrário, mas há que ter em con-  
ta que é um máximo, e é precisamente por não haver pla-  
neamento suficiente que não se pode ir para a reforma  
agrária desde já.

O Ministro Álvaro Cunhal disse que, em regadio, 50 ha,  
em algumas regiões, é já uma grande exploração.

O Ministro Magalhães Mota disse que o seu problema não  
é ser pouco, mas pouco rigoroso.

Acha também que valia a pena obrigar os serviços do Es-  
tado a terem padrões culturais fixados e a prestarem  
contas da sua gestão.

Pergunta se, quando em controles directos (pag 7) se fala em  
proporções muito elevadas de meios financeiros não seria

*Gabinete do Primeiro Ministro*

possívem precisar, pois pensa nas possíveis explorações de tudo o que for imprecisão no plano.

O Secretário de Estado do Planejamento Económico pensa que se poderia por um mínimo de clarificação.

O Ministro Melo Antunes pensa que a redação, como está, dá uma certa margem, o que lhe parece preferível, embora tenha, na verdade, os inconvenientes apontados.

O Ministro Magalhães Mota propôs que, na alínea d) da pag. 9, se substitua "sociedades" por "todas as sociedades".

## Fundação Cuidar o Futuro

Nos pontos seguintes houve pequenas alterações.

Quanto ao ponto de Política de investimento, o Ministro Melo Antunes informou que a mais significativa alteração é a que faz supressões no texto relativo a investimentos estrangeiros.

O Ministro Magalhães Mota lembrou a conveniência de prever qualquer sistema de resolução de conflitos, nomeadamente o protocolo do Banco Mundial, hipótese que será estudada.

Foram propostas algumas alterações relativamente a política fiscal, política de despesas públicas, política de crédito e do mercado de capitais.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 14 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Quanto à política agrícola, o Secretário de Estado do Planeamento Económico, relativamente a certos aspectos de reforma da estrutura agrária, informou que já há um projecto preparado para circular.

O Ministro Magalhães Mota disse que há uma referência nítida a favor da propriedade estatal e não da propriedade familiar e das cooperativas.

Quanto à política da habitação, perguntou se não valeria a pena aclarar se se lhe atribui ou não character prioritário. Por outro lado, há um problema a resolver que implica muitas mais medidas que as previstas.

No ponto relativo à aplicação dos recursos financeiros, não ficou claro o que o Governo vai fazer. Era preciso definir.

O serviço de apoio local está a ficar caro e não resolve as carências habitacionais da população a que se destina. Julga que a captação da poupança é extraordinariamente aleatória.

Referiu tarefas de planificação que competem ao Estado e não são praticamente referidas no ponto 3.

Acha que o papel das autarquias locais deve ser complementado por organismos de maior dimensão, podendo talvez cooperativas de moradores ter aqui uma função a desempenhar.

Falta a definição de empresas públicas de urbanização, de programas de recuperação habitacional por pequenas empresas da construção civil, recuperação de aglomerados clandestinos e rurais.





*Gabinete do Primeiro Ministro*

Fez ainda críticas aos pontos 5 e 6.

O Ministro das Finanças disse que o texto é do Secretário de Estado da Habitação, o melhor sendo, por isso, mandar-lhe por escrito as críticas do Ministro Magalhães Mota.

O Secretário de Estado da Justiça sugeriu que se juntassem as suas críticas, que não chegaram a ser consideradas.

O Ministro Vitor Alves informou que na sexta-feira, às 15H30, continuará a discussão do Plano Económico.

## Fundação Cuidar o Futuro

3. Apreciação da proposta do MESA relativa à sociedade de construção Joaquim Francisco dos Santos, Ld.a

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente apresentou a sua proposta.

O Ministro Magalhães Mota teme que se crie outra AC, porque a empresa dentro de meses esgota as obras, e por este processo se vão assumindo empresas de construção civil, uma a uma, sem critério global de intervenção, gerando, além do mais, pessoal privilegiado dentro do sector.

Pensa que inclusivamente se devia rapidamente rever o tipo de intervenção na AC. E salienta que o problema é muito grave.



*Gabinete de Primeiro Ministro*

Propõe que se suspenda a actual gerência da sociedade; se designe um gerente técnico ou se preveja a colaboração dos trabalhadores na gerência da empresa; e se empreste dinheiro para estes três meses com garantia dos bens da empresa.

O Ministro do Trabalho está de acordo com o Ministro Magalhães Mota, e lembra que, estando o problema do desemprego a tornar-se cada vez mais grave, o projecto de subsídio de desemprego é extremamente urgente.

O Primeiro Ministro lembra que, ao aprovar a ideia desta proposta, se tinha em mente tentar encontrar durante estes três meses uma chave para resolver problemas deste tipo.

O Secretário de Estado da Justiça referiu, a propósito, que a construção civil não tem incentivos. O decreto das rendas exerce efeito paralizante e leva à fraude, havendo por isso que rever o mecanismo legal.

O Conselho aceitou a proposta do MESA, à qual se juntará a ideia da revisão desta situação e da situação da AC, no prazo de 90 dias ou o mais cedo possível.

DEPOIS DA ORDEM DO DIA1. Manifestações anunciadas

O Ministro Vitor Alves informou que há convocatórias para manifestações contra as manobras da Nato, a ter lugar no dia em que está previsto o desembarque de elementos daquela organização.

Não sabe quem convoca.

Pede o parecer ao Conselho sobre a atitude a tomar.

O Ministro Álvaro Cunhal identificou as manifestações. Informou que o seu Partido fez um comunicado a esse respeito e resumiu o respectivo teor. Parece-lhe, no entanto, muito difícil evitar as provocações que essas manifestações têm em vista.

O Ministro da Justiça informou que o Movimento pró-divórcio o convidou para uma manifestação no dia 7, em cuja realização o Conselho não viu inconveniente.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre manifestações contra as manobras da NATO, pensa que é preciso tomar medidas para que não se realizem. Falará aos seus camaradas.

Pensa que estarão de acordo em proceder no mesmo sentido do PC. Certamente o PPD fará o mesmo.



*Gabinete do Primeiro-Ministro*

O Primeiro Ministro propõe que os representantes dos partidos da coligação e o MFA vão à TV e expliquem como devem ser neutralizadas essas manifestações, e que os marinheiros devem ser tratados como quaisquer outras pessoas.

O Ministro Álvaro Cunhal crê que a população não vai reagir desagradavelmente.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros acha que, de qualquer modo, convém que a população esteja informada da posição dos partidos.

Publicar-se-á, com 24 horas de antecedência, um aviso, do Ministério da Administração Interna, de que são proibidas quaisquer manifestações entre 7 e 12 inclusivé.

## 2. Congresso do CDS

O Primeiro Ministro informou o Conselho de que disse ao CDS que o Governo garantiu o seu congresso quando quisesse realizá-lo.



3. Críticas transmitidas pelo Ministro da Administração Interna

O Ministro da Administração Interna informou o Conselho de que lhe chamaram a atenção para o facto da deslocação de várias comissões ao estrangeiro, não obstante ter sido definida uma política de austeridade, e para o facto de, ao abrigo do diploma relativo aos Gabinetes dos Ministros, ter havido transições de secretários para adjuntos.

4. Diploma sobre distribuição e provimento de lugares das Direcções-Gerais da Função Pública e da Organização Administrativa e sobre Comissões de Serviço

O Ministro da Administração Interna pediu seguidamente ao Conselho que deixe assinar dois diplomas do seu Ministério, que justificou, um sobre distribuição e provimento de lugares das Direcções-Gerais da Função Pública e da Organização Administrativa e outro sobre Comissões de Serviço.

O Ministro Vitor Alves propôs que quaisquer objecções fossem comunicadas telefonicamente para o seu Gabinete até quinta-feira às 18H00, e, se as não houvesse, na sexta-feira os diplomas seriam assinados.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

5. Diploma sobre generalização dos emolumentos do Ministério das Finanças e sobre sindicalização do pessoal do mesmo Ministério

O Ministro das Finanças pediu que fossem distribuídos a todos os Ministérios, através do Secretariado, dois projectos, um sobre generalização de emolumentos do Ministério das Finanças, que entregou imediatamente, e outro sobre sindicalização, que vai enviar.

Fundação Cuidar o Futuro